



CNPJ nº 87.163.234/0001-38
 NIRE 43300032990
 Carta Patente SUSEP nº 021
 Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
 CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores acionistas:
 A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2018.

cenário econômico

O ano de 2018 foi marcado pelas disputas políticas e pela eleição de um novo Governo e de um Congresso Nacional que foi amplamente renovado pelas urnas. A eleição trouxe euforia aos mercados e expectativa de melhorias no ambiente empresarial e de negócios, acreditando na aprovação das reformas necessárias ao País, principalmente a reforma previdenciária.

Este cenário positivo e de retomada do crescimento econômico passa a ser uma realidade e junto com ela acreditamos na retomada dos investimentos, no aumento da confiança do empresário em geral e no início de um ciclo virtuoso.

O PIB tende a crescer muito próximo de 3% a.a., considerando que a reforma da previdência seja aprovada ao longo de 2019. A taxa de juros que encerrou o ano de 2018 em 6,5% a.a. deve se manter nestes níveis até o final do ano, entretanto acreditamos que a mesma possa reduzir um pouco durante o ano voltando aos mesmos níveis no final do período.

No cenário de inflação, acreditamos que a mesma se mantenha nos níveis atuais e que permaneça dentro da meta estabelecida pelo governo.

O cenário é bastante positivo e promissor para nosso País. Diante deste cenário acreditamos que o mercado segurador continuará com crescimento significativo. Nossa companhia deve crescer em 2019 em níveis próximos de 20% quando comparado ao ano de 2018.

As assistências financeiras continuam representando boas oportunidades de negócios para nossos segurados que desejam obter empréstimos a taxas reduzidas. Estes empréstimos apresentam as taxas mais baixas de mercado, quando comparadas a outras opções

semelhantes de crédito pessoal. Nossas expectativas continuam sendo bastante otimistas para o próximo ano. Estamos bastante confiantes na continuidade do crescimento de nossa companhia. Os resultados de 2018 indicam que estamos no caminho certo e permitem acreditar que continuaremos nossa trajetória de sucesso ao longo deste ano.

Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com quatro décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes.

Em janeiro de 2009 a Sabemi Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, de acordo com a Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

Desempenho da Companhia

A companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 23.663 mil, representando uma rentabilidade de 33,72 % sobre o patrimônio líquido médio.

O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.

As receitas com prêmios de seguros e rendas de contribuições aumentaram 15,38 %, quando comparado com o mesmo período de 2017. Neste cálculo foram expurgadas as receitas com prêmios do ramo de seguros DPVAT, administrados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

O índice de sinistralidade ficou em 3,32% em relação ao prêmio ganho, neste caso também excluído os efeitos da sinistralidade do DPVAT, que é de 81,67%. O índice combinado ficou em 0,86.

Organização societária

Não houve, no exercício de 2018 alteração estatutária.

Dividendos

A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital pró-

prio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da companhia.

Impostos e contribuições

A Companhia destinou R\$ 37.039 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício.

Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.

Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Ouidoria

Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia pró-ativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

Segurança da informação

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2018, o quadro da Seguradora era formado por 455 colaboradores.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", ajustados pelo valor de mercado.

Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

Perspectivas futuras

A Companhia continuará a envair seus esforços na venda de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e nas operações financeiras.

Ademais, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2018	2017		2018	2017
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	198.318	182.274	Circulante	151.417	130.320
Disponível (Nota 5)	7.363	2.847	Contas a pagar	34.095	37.146
Caixa e bancos	7.363	2.847	Obrigações a pagar (Nota 12)	25.933	19.583
Equivalente de caixa	1.109		Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 13)	2.631	3.006
Aplicações (Nota 6)	142.847	131.677	Encargos trabalhistas	2.780	2.141
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	17.296	12.582	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	462	554
Prêmios a receber	17.127	12.551	Impostos e contribuições (Nota 15)	980	3.585
Operações com seguradoras	169	31	Outras contas a pagar	1.309	8.277
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6.4.2)	4.767	3.668	Débitos de operações com seguros e resseguros	10.719	3.839
Valores a receber	4.767	3.668	Prêmios a restituir	90	155
Outros créditos operacionais (Nota 6.4.3)	250	315	Operações com seguradoras	4.977	2.393
Ativos de resseguro e retrocessão	12	39	Operações com resseguradoras	89	94
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.4)	24.108	31.061	Corretores de seguros e resseguros	1.465	949
Títulos e créditos a receber	10.602	15.083	Outros passivos operacionais	4.098	248
Créditos tributários e previdenciários	888	11	Débitos de operações com previdência complementar	50	19
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	11.706	14.704	Outros passivos operacionais	50	19
Outros créditos	912	1.263	Depósitos de terceiros (Nota 16)	7.174	1.410
Outros valores e bens	83	83	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	87.112	78.420
Outros valores	83	83	Danos (DPVAT)	75.906	66.380
Despesas antecipadas	483		Pessoas	11.204	12.040
Custos de aquisição diferidos	-	-	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 17)	12.267	9.486
Seguros	2	2	Planos não bloqueados	12.267	9.486
Ativo não circulante	33.189	30.996	Planos não circulante	11.472	11.197
Realizável a longo prazo	31.222	28.835	Contas a receber	134	434
Aplicações (Nota 6)	77	76	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	134	434
Títulos e créditos a receber	29.235	28.759	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 17)	261	326
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 8.1)	4.984	4.718	Planos não bloqueados	261	326
Depósitos judiciais (Nota 7)	6.617	7.452	Outros débitos	11.077	10.437
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	17.634	16.589	Provisões judiciais (Nota 19 (b))	11.077	10.437
Despesas antecipadas	1.910		Patrimônio líquido (Nota 20)	68.618	71.753
Investimentos	372	340	Capital social	55.000	55.000
Participações societárias (Nota 9)	340	308	Reservas de lucros	13.618	16.753
Outros investimentos	32	32			
Imobilizado (Nota 10)	1.298	1.357	Total do passivo e do patrimônio líquido	231.507	213.270
Bens móveis	1.159	932			
Outras imobilizações	139	425			
Intangível (Nota 11)	297	464			
Outros intangíveis	297	464			
Total do ativo	231.507	213.270			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2018	2017
Operações de seguros (Nota 21)		
Prêmios emitidos líquidos	244.562	220.260
Contribuições para cobertura de riscos	21.744	15.692
Varição das provisões técnicas de prêmios	(3.125)	(1.211)
Prêmios ganhos	263.181	234.741
Receita com emissão de apólices	2.249	2.083
Sinistros ocorridos (Nota 21)	(23.899)	(22.867)
Custo de aquisição (Nota 21)	(50.086)	(32.522)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 21)	(28.831)	2.921
Resultado com operações de resseguro - despesa com resseguro	(361)	(400)
Varição de outras provisões técnicas	(183)	(182)
Custo de aquisição (Nota 21)	(1.067)	(784)
Despesas administrativas (Nota 21)	(110.979)	(84.946)
Despesas com tributos (Nota 21)	(13.715)	(11.955)
Resultado financeiro (Nota 21)	6.071	(17.723)
Resultado patrimonial	138	(97)
Resultado operacional	42.518	68.269
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 21)	(88)	38
Resultado antes dos impostos e participações	42.430	68.307
Imposto de renda (Nota 8.2)	(8.946)	(15.236)
Contribuição social (Nota 8.2)	(7.825)	(13.082)
Participações sobre o resultado	(1.996)	(678)
Lucro líquido do exercício	23.663	39.311
Quantidade de ações	79	79
Lucro básico e diluído por ação - em Reais (Nota 22)	299.535,10	497.608,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2018	2017
Resultado do exercício	23.663	39.311
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	23.663	39.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos financeiros

Classificação
 A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço. A Seguradora não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para a venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e rece-

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.663	39.311
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	443	1.414
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	88	(38)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(11.171)	(22.867)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	4.714	(3.637)
Créditos das operações com previdência complementar	(1.099)	(686)
Ativos de resseguro	27	(39)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.143)	843
Ativo fiscal diferido	2	(2)
Depósitos judiciais e fiscais	835	(303)
Despesas antecipadas	(2.393)	
Outros ativos	6.909	18.088
Impostos e contribuições	(2.341)	4.789
Outras contas a pagar	(509)	(2.646)
Débitos de operações com seguros e resseguros	6.880	1.781
Débitos de operações com previdência complementar	31	12
Depósitos de terceiros	5.764	(86)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	8.692	(4.933)
Provisões técnicas - previdência complementar	2.716	325
Provisões judiciais	640	(996)
Caixa gerado pelas operações	33.320	30.330
Juros pagos	(126)	(126)
Caixa gerado nas atividades operacionais	33.194	30.204
Atividades de investimentos		
Alienação de imobilizado	30	2.313
Alienação de intangível	-	348
Aquisição de investimento	(15)	
Aquisição de imobilizado	(395)	(2.199)
Aquisição de intangível	-	(272)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(380)	190
Atividade de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(26.798)	(28.567)
Aquisição de empréstimos	293	1.122
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(684)	(608)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(27.189)	(28.053)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.625	2.341
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.847	506
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.472	2.847
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.625	2.341

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

bíveis são contabilizados pelo custo amortizado. O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

» CONTINUAÇÃO

diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 60 dias para contratos de pessoa jurídica. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2018.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que provisão para perdas sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.

2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 8.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.

2.7 Depósitos judiciais

A Seguradora reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.

2.8 Investimentos

Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.

2.9 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.

2.10 Intangível

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por marcas e patentes e licenças de sistemas aplicativos.

(a) Marcas e patentes

Os gastos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição, com vida útil definida.

(b) Licença de uso de softwares adquiridos

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.

2.11 Contratos de arrendamento

Arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Seguradora arrenda certos bens do imobilizado e bens do intangível. Os arrendamentos, nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.

Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) classificados na categoria de *leasing* operacional.

2.12 Contratos de seguros

A Seguradora classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, a Seguradora define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensaldades pagas pelos participantes. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante.

2.13 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro Passivos de contratos de seguros

As provisões técnicas visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, sendo constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), e submetidos à Auditoria Atuarial Independente nas datas base de dezembro de cada ano, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/2015. Além da Resolução mencionada, as provisões técnicas também estão abrangidas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações, as quais são calculadas pelo Atuarial Responsável Técnico, auditadas pela Auditoria Atuarial Independente nas datas base previstas e fiscalizadas de forma contínua pela SUSEP. As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros pela Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

Seguros de pessoas (exceto Vida Individual)

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída mensalmente com base na formulação abaixo, tendo por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, a qual é calculada de modo a considerar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura dos riscos assumidos de cada apólice ou endosso, representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição ou a eles relacionados.

$$PPNG = \frac{\text{Período de Vigência a Decorrer}}{\text{Período Vigência do Risco}} \times \text{Base de Cálculo}^*$$

*Base de Cálculo é o prêmio comercial incluído de cosseguo aceito, bruto de resseguro.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora. Conforme previsto em Nota Técnica Atuarial – NTA específica, seu valor corresponde a uma estimativa média dos valores calculados de PPNG, tomando por base os dados de prêmios emitidos em atraso dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data base de cálculo, alocados pela sua devida competência atuarial.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída mensalmente com vistas à garantia dos sinistros avisados e ainda não liquidados. Seu cálculo segue a metodologia clássica de mercado, cujo saldo na data de sua apuração corresponde ao total devido com sinistros avisados e ainda não indenizados, deduzida a parcela relativa à recuperação de cosseguo e/ou resseguro, caso houver, inclusive aqueles referentes às demandas judiciais, cujo valor é proporcional aos riscos de perda conforme classificação da área jurídica, seguindo metodologia própria prevista em NTA.

Provisão de IBNER: refere-se à provisão de ajuste, a qual é constituída, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, tendo por objetivo complementar o saldo da PSL. A necessidade ou não de seu provisionamento é obtida, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial, mediante a aplicação

de metodologia balizada nos resultados dos testes de consistência da PSL, priorizando a observação de períodos mais pretéritos, os quais resguardam uma maior precisão para esta análise.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída mensalmente para garantir o montante esperado de sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Seu valor é apurado mediante a aplicação de metodologia própria baseada na estimativa do percentual médio ponderado, obtido através da construção de um modelo específico de triângulo de *Run-Off*, onde o valor constituído refere-se à média dos resultados apurados nos últimos 6 (seis) meses do respectivo triângulo, previsto em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): abrange os valores destinados a devoluções de contribuições e resgates a regularizar, inclusive aqueles referentes às demandas judiciais, onde o valor provisionado é proporcional aos riscos de perda conforme classificação da área jurídica.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, inclusive na esfera judicial, cuja metodologia específica, segregada entre sinistros ocorridos e a ocorrer, administrativos e judiciais, encontra-se prevista em Nota Técnica Atuarial.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, situação esta não ocorrida no TAP de 31 de dezembro de 2018.

Previdência complementar aberta, incluindo seguro de Vida Individual

Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão, pecúlio e o seguro de vida individual.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBC): corresponde aos compromissos assumidos com participantes de planos estruturados no regime de capitalização, cuja percepção dos benefícios ainda não se iniciou. Os parâmetros de cálculo para o seguro de vida individual consideram o método prospectivo, tábuas CSO-1958 e taxa de juros de 6% ao ano ou sua equivalente mensal de 0,4867551%.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): corresponde aos compromissos assumidos com beneficiários que se encontram em gozo de benefícios de renda, cujo objetivo é garantir o pagamento destes compromissos. Os parâmetros de cálculo consideraram a tábuas AT-1949 para o plano de aposentadoria e CSO-1958 para pensão. Para ambos os planos se utiliza o método prospectivo e a taxa de juros de 6% ao ano ou sua equivalente mensal de 0,4867551%.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):

constituída mensalmente com base na formulação abaixo, tendo por objetivo dar cobertura às indenizações futuras dos planos estruturados nos regimes de Repartição Simples e Repartição de Capitais de Cobertura, abrangendo tanto os riscos assumidos e emitidos quanto os riscos vigentes e não emitidos de capitais de cobertura.

$$PPNG = \frac{\text{Período de Vigência a Decorrer}}{\text{Período Vigência do Risco}} \times \text{Base de Cálculo}^*$$

*Base de Cálculo é o prêmio comercial bruto das operações de resseguro.

Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios/contribuições ainda não emitidos pela Seguradora. Conforme previsto em Nota Técnica Atuarial – NTA específica, seu valor corresponde a uma estimativa média dos valores calculados de PPNG, tomando por base os dados de prêmios/contribuições emitidos em atraso dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data base de cálculo, alocados pela sua devida competência atuarial.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída mensalmente para garantir o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados, a metodologia de cálculo para o plano de pensão, baseia-se na estimativa dos percentuais médios de atraso, obtidos através do triângulo de *Run-Off*, relativo a modalidade de IBNR Puro (valores não avisados), considerando uma base de informações com 24 meses entre as datas de aviso e ocorrência. Em relação aos planos de pecúlio em operação, a IBNR é calculada por metodologia própria baseada na construção de um triângulo de *Run-Off* clássico, cujo valor constituído refere-se a média dos resultados dos últimos 6 meses, os quais são apurados junto a uma base de informações que considera um período de até 48 (quarenta e oito) meses entre as datas de ocorrência e aviso de sinistros.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída mensalmente com vistas à garantia dos sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Seu cálculo segue a metodologia clássica de mercado, cujo saldo na data de sua apuração corresponde ao total devido dos pecúlios, seguros de vida individual e rendas vencidas e não pagas, inclusive aqueles referentes às demandas judiciais, onde o valor provisionado é proporcional aos riscos de perda conforme classificação da área jurídica.

Provisão de IBNER: refere-se à provisão de ajuste, a qual é constituída, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, tendo por objetivo complementar o saldo da PSL. A necessidade ou não de seu provisionamento é obtida, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial, mediante a aplicação de metodologia balizada nos resultados dos testes de consistência da PSL, priorizando a observação de períodos mais pretéritos, os quais resguardam uma maior precisão para esta análise.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): abrange os valores destinados a devoluções de contribuições e resgates a regularizar, inclusive aqueles referentes às demandas judiciais, onde o valor provisionado é proporcional aos riscos de perda conforme classificação da área jurídica.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, cuja metodologia específica, segregada entre sinistros ocorridos e a ocorrer, administrativos e judiciais encontra-se prevista em Nota Técnica Atuarial.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, cujos resultados apurados em 31 de dezembro de 2018, demonstram a necessidade de constituição de PCC-PMBC para os planos de pensão e aposentadoria.

Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test) Conforme requerido pelo CPC 11 e previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos, diretamente relacionados aos contratos de seguros, em conformidade com as normas específicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP.

Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está no plano de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de sinistralidade e opções de resgate.

Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2018 estão expostos na Nota 17.4.

2.14 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa

efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro-rata").

2.15 Impostos e contribuições**(a) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 1º de setembro de 2015, entrou em vigor a Medida Provisória nº 675/15 – MPV nº 675/15 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 20% nas pessoas jurídicas de seguros privados, a partir dessa data.

(b) Demais obrigações

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CO-FINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a CO-FINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.

2.16 Provisões contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.17 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decorrer do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

• As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

• As operações de retrocessões são registradas em função dos valores informados pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, abrangendo prêmios, comissões, provisões técnicas, provisão de IBNR e provisão de sinistros a liquidar.

• As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

• As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

2.18 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Seguradora não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas, alterações e interpretações serão afetivas para exercícios iniciados após janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia encontram-se a IFRS 9, IFRS 16 e IFRS 17.

Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. IFRS 16 – Substitui as orientações existentes no CPC 06 (R1) e introduz novas formas de contabilizar as operações de arrendamento mercantil. IFRS 17 – Substituirá a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras. Vide política contábil divulgada na Nota 4.1 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões ativas e passivas contingentes

A Seguradora é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Seguradora para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Seguradora em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

Referem-se a antecipações de IRPJ e CSLL pagos por base positiva no início do exercício e aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias relativas à: provisão para perdas sobre créditos e contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, conforme destacado na Nota 8.

(e) Operações com FIDCs

O CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e suas interpretações

determinam que entidades de propósito específico ("EPE"), como no caso do FIDC, devem ser consolidadas quando a essência do relacionamento entre a entidade e a EPE indicar que a EPE é controlada por essa entidade.

A Administração analisou o referido CPC e concluiu, juntamente com seus assessores legais, que não há evidências de controle do FIDC por parte da Seguradora, bem como os riscos e benefícios dessas transações são transferidos totalmente para o FIDC quando das securitizações e que desta forma não existe obrigação em se apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Ademais, a Administração entende que a Seguradora não possui envolvimento contínuo com as operações, após suas cessões para os FIDCs. Em conjunto com essa análise e de modo a corroborar esse entendimento, em 24 de fevereiro de 2012 a Seguradora efetuou consulta à SUSEP com relação a esse entendimento, cuja resposta ratificou esse posicionamento.

Ainda, com relação às cessões de crédito efetuadas pela Sabemi ao FIDC, o CPC 38 - reconhecimento e mensuração, apêndice A, AG36 ilustra um fluxoograma de avaliação de como esses créditos cedidos podem ser desreconhecidos, isto é, se a entidade retém os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa desses ativos ou não.

No entendimento da administração suportada pela opinião do consultor jurídico externo da Seguradora e de acordo com o exposto no Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão há transferência dos riscos inerentes aos Direitos de Crédito cedidos pela Seguradora ao FIDC, uma vez que:

(i) a cessão dos Direitos de Crédito se opera de forma irrevogável, irretroatável e sem coobrigação ou direito de regresso contra a Seguradora;

(ii) no Regulamento e no Contrato de Cessão, inexistente qualquer obrigação da Seguradora em responder pela solvência ou solvabilidade dos devedores dos Direitos de Crédito, tampouco em recomprar eventuais Direitos de Crédito cujos devedores se encontrem inadimplentes; e

(iii) embora seja titular de Cotas Subordinadas Ordinárias de emissão do FIDC, não há obrigação exigível em relação à Seguradora para que esta realize subscrições adicionais de tais cotas, em caso de inobservância da Razão de Garantia do FIDC.

Diante do exposto acima, a Administração da Seguradora em conjunto com seus assessores legais entende que não retém os direitos de receber os fluxos de caixa desses ativos financeiros cedidos, logo, neste contexto há transferência de riscos e benefícios da Seguradora para o Fundo. Diante desse entendimento a Seguradora efetuou o desreconhecimento dos créditos cedidos da sua demonstração financeira, bem como registrou os ganhos e despesas relacionadas a essas operações no resultado do período, conforme divulgado na Nota 6.4.4.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro do segmento de pessoas, assim como planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

O modelo de negócio da Seguradora é tido como padrão na esfera securitária, pois opera com produtos de pessoas, na modalidade coletiva, e de baixo risco, visto as taxas de sinistralidades aferidas com os mesmos. Nos seguros Coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipuamente, prazos quinzenais. No ramo Prestamista, remanesce apenas um contrato ativo em 31 de dezembro de 2018 e o seguro de vida individual não possui mais contrato vigente.

As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, que atuam de forma centralizada, onde os setores técnicos, sinistros e benefícios são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.

A Seguradora iniciou a operação de resseguro no final de 2015, utilizando a modalidade "quota-parte", ressegurando os ramos de APC e Funeral por período indeterminado, junto à resseguradora admitida SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco AA-, de acordo com avaliação da Standard&Poor's. Em meados de 2016 iniciou operação com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A na modalidade de cosseguo cedido, onde cada parte fica responsável diretamente por uma "quota-parte" determinada de 50% do valor do seguro. O período de vigência do contrato é de 5 (cinco) anos, o qual tem por objetivo potencializar novos negócios, sendo estabelecido que a política de aceitação de risco/subscrição com relação aos seguros será a praticada pela Seguradora. A partir de março de 2017 foi iniciada operação no segmento de cosseguo aceito, tendo por seguradora líder a Companhia de Seguros Previdência do Sul – Previsul Seguradora, com contrato de vigência por um ano, cujas coberturas são morte acidental e Diária de internação hospitalar-DIH decorrente de Acidentes Pessoais-AP, onde a líder participa com 20% do risco, ficando 80% com a Sabemi Seguradora.

A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Pela natureza intrínseca dos contratos de seguro, seus riscos são incertos, consequentemente, sujeitos a oscilações. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco dos mesmos é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações onde os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações podem ocorrer, na prática, quando a frequência dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Seguradora é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua provisão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.

A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inscrito, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados da seguinte forma:

• Seguros de pessoas, em ramos coletivos;

• Previdência complementar, incluindo o ramo vida individual.

A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

Sobre os produtos:**(a) Seguros de pessoas - coletivos**

» CONTINUAÇÃO

fins de divulgar o parâmetro financeiro, no ano de 2018 a Seguradora arrecadou R\$ 225 milhões neste segmento, enquanto que no mesmo período de 2017 havia arrecadado R\$ 215,7 milhões, logo observa-se um aumento significativo no período em análise, em decorrência de investimentos realizados na estrutura comercial, tais como tecnologia, pessoas e expressiva campanha de venda.

O segmento de previdência complementar, incluído o ramo de vida individual, participou com 8,81% da arrecadação no ano de 2018 e 6,8% no mesmo período de 2017, praticamente toda concentrada no plano de pecúlio. Este segmento obteve R\$ 21,7 milhões (2017 - 15,7 milhões) de contribuições arrecadadas no ano de 2018, com 99,9% vinculado ao plano de pecúlio, conforme mencionado. Em 31 de dezembro de 2018 havia 130 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio (2017 - 120 mil), 220 no de Pensão (2017 - 282) e nenhum risco vigente no seguro de Vida Individual.

A garantia das operações vinculadas a estes planos é dada pelas provisões constituídas, e, no pecúlio, o qual segue o regime mutualista (repartição simples), além das provisões, é feita a gestão técnica entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os beneficiários a pagar. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras, bem como nos serviços de assistência financeira que são prestados aos participantes.

Em relação à receita de planos da Seguradora, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios, do grupo de Pessoas Coletivo, e de contribuições dos Planos de Previdência e da carteira de Vida Individual:

Grupos	Prêmios/ contribuições auferidos 2018	Prêmios/ contribuições auferidos 2017
Pessoas Coletivo	225.157	215.698
Previdência + Vida Individual	21.744	15.692

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes do normativo de Capital Mínimo Requerido, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. A análise dos dados demonstra um aumento de 23,6% na arrecadação em relação ao mesmo período de 2017, e uma grande concentração de risco na região Sul, aproximadamente de 99,5%.

Distribuição dos Riscos	2018		2017	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 1 (AM, PA, AC, RR, AP e RO)	146	0,1%	68	0,0%
Região 2 (PI, MA e CE)	67	0,0%	26	0,0%
Região 3 (PE, RN, PB e AL)	126	0,0%	47	0,0%
Região 4 (SE e BA)	42	0,0%	16	0,0%
Região 5 (GO, DF, TO, MT e MS)	242	0,1%	90	0,1%
Região 6 (RJ, ES e MG)	673	0,3%	404	0,2%
Região 7 (SP)	95	0,0%	59	0,0%
Região 8 (RS, SC e PR)	265.129	99,5%	214.988	99,7%
Total	266.520	100,0%	215.698	100,0%

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, agravando a rubrica de indenização com sinistros/benefícios, pois este é o indicador que, frente ao tipo de operação praticada, pode apresentar alguma volatilidade relevante, refletindo impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil avaliado em 31 de dezembro de 2018. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto. Quanto aos indicadores de sinistralidade, segue abaixo os observados em 2018 e no mesmo período de 2017:

Grupos	2018	2017
Pessoas Coletivo	2,02%	0,33%
Plano de Pecúlio	15,21%	16,32%

Analisando-se os indicadores acima, e frente ao histórico de evolução dos últimos 3 anos, entendeu-se prudente aplicar-se um agravado de 100% na rubrica contábil de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo, verificadas no ano de 2018, assim como de 50% nos planos de Pecúlio, verificando-se os respectivos impactos.

A escolha dos indicadores de sinistralidade foi assim planejada, considerando o fato de observarem-se oscilações no histórico da Companhia. Veja que em relação ao segmento de Pessoas, o parâmetro percentual de 2,02% indicado, sobiu em função do aumento de arrecadação no período e de alguns cancelamentos ocorridos, razão pela qual optou-se por avaliar a sensibilidade com o agravado mencionado. Já no segmento de Pecúlio, o objetivo foi avaliar a sensibilidade aplicando um parâmetro com vistas a se atingir níveis semelhantes aos verificados há dois anos atrás.

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação, que a base de dados é composta por informações referentes a um período concorrente com as apólices com riscos em vigor, e, especificamente no caso de previdência, a utilização de taxa de juros igual ou inferior à taxa básica de juros da economia brasileira.

Seguem abaixo os reflexos contábeis no resultado e no patrimônio líquido oriundos das premissas de agravado na rubrica de sinistros mencionada, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas dos testes de sensibilidade	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2018	2017
Agravamento de 100% nos sinistros de Pessoas Coletivo	(1.400)	(323)
Agravamento de 50% (2017 - 70%) nos benefícios de Pecúlio	(1.550)	(940)

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os mesmos parâmetros de agravamento da sinistralidade observados anteriormente, cujos grupos mais sensíveis a sofrerem estas oscilações, portanto envolvidos neste recálculo, seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa de Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2018	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	6	12	589	17	(560)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	757	1.194	919	27	302
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	112	176	2.742	79	(2.487)
Seguros +Pecúlio Eventos Não Ocor PR	875	1.382	4.250	123	(2.745)
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(134.362)	(131.068)	-	-	(131.068)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(42.020)	(12.575)	-	-	(12.575)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(26.704)	(19.172)	-	-	(19.172)
Seguros +Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	(203.086)	(162.815)	-	-	(162.815)

Como conclusão do teste de sensibilidade, o recálculo dos resultados do TAP, considerados os respectivos Grupos de Compensação, sofreria um incremento de R\$ 507 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 40,3 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação às projeções normais do TAP, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima, uma vez que as provisões constituídas apresentam-se suficientes frente a tais parâmetros, considerando-se a compensação entre os grupos.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do *Stress Test* do Sistema Sophis: O *stress* determina utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc.. A metodologia utilizada para o cálculo do *Stress Test* utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do *Value At Risk* (VAR) e *Stress* das carteiras da Sabemi, a equipe de Risco dedicada do Itaú Asset estabelece cenários internos próprios para determinados fatores de risco. Percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01310% com base em consumo limite de 8,96622% PL diário de VAR e Stress PL diário de 1,11% com consumo limite de 23,15422% Stress. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de *stress*. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de *stress* realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação *online*. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora. Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Patrimônio Líquido (I)	68.618	71.753
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(340)	(308)
(-) Despesas antecipadas	(2.393)	-
(-) Ativos intangíveis	(297)	(464)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(+) Ativos contábeis (II)	(3.062)	(804)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	7.696	3.710
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.924	1.859
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos (III)	9.620	5.569
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) (I + II + III)	75.176	76.518
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	46.825	37.708
Capital adicional de risco de crédito	6.402	8.298
Capital adicional de risco operacional	784	929
Capital adicional de risco de mercado	22.451	14.454
Benefício da diversificação	(15.388)	(12.034)
Total de capital de risco (II)	61.074	49.355
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	61.074	49.355
Suficiência de PLA	14.102	27.163

Adequação da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo da liquidez do ativo em relação ao capital de risco (CR), da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Ativos líquidos (I) (Nota 17.2)	13.268	14.721
Capital de risco (CR)	61.074	49.355
Capital de risco desconsiderando operações não registradas (CR)	53.378	45.645
Liquidez mínima requerida em relação aos 20% do CR (II)	10.675	9.129
Suficiência de ativos líquidos (I) - (II)	2.593	5.592

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	22	19
Depósitos bancários à vista	7.341	2.828
Equivalente de caixa (i)	1.109	8.472
	8.472	2.847

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos com liquidez diária.

	2018	2017
Cotas de fundos de investimento		
Bradesco FIRF (i)	14.735	12.405
Itaú FIRF (i)	0	1.539
Banco do Brasil FIRF (i)	22.739	19.534
Icatu Vanguarda (i)	3.935	3.278
Safrir FIRF (i)	9.577	8.113
CEF FIRF (i)	8.052	6.868
Mapfre FIRF (i)	4.814	5.408
Santander FIRF (i)	3.677	3.049
Porto Seguro FIRF (i)	8.433	6.275
Fator Sigma Multimercado (ii)	77	76
FIDC XP	16	172
Itaú Restec TP RF	36.946	36.483
Itaú Soberano	-	17
	113.001	103.217

(i) Refere-se a aplicações administradas pela Seguradora Líder no montante de R\$ 75.962 (2017 - R\$ 66.469)

(ii) Refere-se a aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, portanto classificadas no ativo não circulante.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2018	2017
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	113.001	103.217
	113.001	103.217

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 517/15), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo refere-se a 0 (2017 - 37.283) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Polo CC FIDC I, 12.158 (2017 - 12.158) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados I, 11.317 (2017 - 5.844) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados II, 0 (2017 - 389) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados III, 0 (2017 - 50) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados V, 0 (2017 - 2.397) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados VI, 6.025 (2017 - 4.147) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados VII, 2.395 (2017 - 5.871) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados VIII e 10.219 cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Angá Sabemi Consignados IX.

	2018		2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Polo CC FIDC I	-	-	4.455	4.455
Angá Sabemi Consignados I	1.311	1.311	3.044	3.044
Angá Sabemi Consignados II	1.919	1.919	2.812	2.812
Angá Sabemi Consignados III	-	-	864	864
Angá Sabemi Consignados V	-	-	134	134
Angá Sabemi Consignados VI	-	-	4.915	4.915
Angá Sabemi Consignados VII	8.269	8.269	4.752	4.752
Angá Sabemi Consignados VIII	5.334	5.334	7.560	7.560
Angá Sabemi Consignados IX	13.090	13.090	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	29.923	29.923	28.536	28.536

(a) Polo CC FIDC I

No 2º semestre de 2011 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I (Cessionário), juntamente com a Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. (Gestor), Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e *Commodities* (Administrador), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Custodiante). A Seguradora participava no Patrimônio do POLO Crédito Consignado FIDC I, com 20% do total do Patrimônio Líquido através da subscrição de cotas subordinadas ordinárias. O Fundo iniciou suas atividades em julho de 2011 e encerrou suas atividades em março de 2018.

Movimentação cotas subordinadas:
Saldo cotas em 1º de janeiro de 2017 4.962
Aquisições 89.624
Vendas (57.303)
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2017 37.283
Aquisições 37.303
Vendas (74.586)
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2018 -

(b) FIDC Angá Sabemi Consignados I

No 2º semestre de 2013 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Sabemi Consignados I (Cessionário), juntamente com a Angá Administração de Recursos Ltda. (Gestor), Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e *Commodities* (nova denominação de Concórdia S/A corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e *Commodities*) (Administrador), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Custodiante). A Seguradora participa no Patrimônio do FIDC Angá Sabemi Consignados I, com 14% do total do Patrimônio Líquido através da subscrição de cotas subordinadas ordinárias. O Fundo iniciou suas atividades em outubro de 2013.

Movimentação cotas subordinadas:
Saldo cotas em 1º de janeiro de 2017 211
Aquisições 14.867
Vendas (2.920)
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2017 12.158
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2018 12.158
No exercício de 2018, não houve movimentação de aquisição e transferências de cotas subordinadas.
Em 2017 foram adquiridas 4.387 cotas subordinadas ordinárias da Sabemi Participações e 10.480 da Sabemi Previdência Privada. Adicionalmente, foram transferidas 1.341 cotas para a Sabemi Previdência Privada e 1.579 cotas para Sabemi Intermediadora Ltda., remanescendo o saldo de 12.158 cotas subordinadas ordinárias na Seguradora, representativas de 49,9%.

(c) FIDC Angá Sabemi Consignados II

No 2º semestre de 2014 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Sabemi Consignados II (Cessionário), juntamente com a Angá Administração de Recursos Ltda. (Gestor), Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e *Commodities* (nova denominação de Concórdia S/A corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e *Commodities*) (Administrador), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Custodiante). A Seguradora participa no Patrimônio do FIDC Angá Sabemi Consignados II, com 17% do total do Patrimônio Líquido através da subscrição de cotas subordinadas ordinárias. O Fundo iniciou suas atividades em julho de 2014.

Movimentação cotas subordinadas:
Saldo cotas em 1º de janeiro de 2017 47
Aquisições 5.797
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2017 5.844
Aquisições 5.473
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2018 11.317

No exercício de 2018, foram adquiridas 5.473 (2017 - 5.797) cotas da Sabemi Negócios Ltda., remanescendo o saldo de 11.317 cotas subordinadas ordinárias na Seguradora, representativas de 30,67% do total subscrito (2017 - 15,84%).

(d) FIDC Angá Sabemi Consignados III

No 1º semestre de 2015 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Sabemi Consignados III (Cessionário), juntamente com a Angá Administração de Recursos Ltda. (Gestor), Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e *Commodities* (nova denominação de Concórdia S/A corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e *Commodities*) (Administrador), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Custodiante). A Seguradora participava no Patrimônio do FIDC Angá Sabemi Consignados III, com 7% do total do Patrimônio Líquido através da subscrição de cotas subordinadas ordinárias. O Fundo iniciou suas atividades em março de 2015.

Movimentação cotas subordinadas:
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2017 389
Vendas (389)
Saldo cotas, líquido em 31 de dezembro de 2018 -

(e) FIDC Angá Sabemi Consignados V

No 1º semestre de 2016 foi constituído através do instrumento particular

» CONTINUAÇÃO

bilírios Ltda. (Custodiante). A Seguradora iniciou a cessão de crédito ao Fundo a partir de maio de 2018 e não reteve cotas subordinadas.

6.2.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento

	2018	2017
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	29.923	28.536
	29.923	28.536

6.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (k) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (l) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (m) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado Brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2018		2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos Mensurados ao Valor Justo				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	113.001		103.217	
Cotas de FIDC	29.923		28.536	
	142.924		131.753	

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2018	2017
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	17.127	12.551
Operações com Seguradoras		
Cosseguro cedido	169	31
	17.296	12.582

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2018				2017			
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer de 61 a 365 dias	Vencidas	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer de 61 a 365 dias	Vencidas
Prêmios a receber	17.127			17.127	12.551			49
Provisão para riscos sobre créditos (*)								(49)
Saldo	17.127			17.127	12.551			12.551

(*) A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15.

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar

A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.767 (2017 - R\$ 3.668), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros".

6.4.3 Outros créditos operacionais

O saldo de R\$ 250 (2017 - R\$ 315) refere-se a valores a receber administrados pela Seguradora Líder - DPVAT.

6.4.4 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	2018	2017
Circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 18)	6.421	12.564
Créditos a receber - acordo operacional cosseguro Seguradora Zurich	3.446	2.362
Títulos de capitalização	568	
Créditos a receber	167	157
	10.602	15.083
Créditos tributários e previdenciários		
IRPJ a recuperar	686	
CSLL a recuperar	199	
IRRF a compensar	3	11
	888	11
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (i)	38.006	34.030
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (i)	(26.300)	(19.326)
	11.706	14.704
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	450	914
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	462	349
	912	1.263
Total do circulante	24.108	31.061
Não circulante		
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (i)	17.681	16.651
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (i)	(47)	(62)
	17.634	16.589
	17.634	16.589
Total do não circulante		

(i) Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificadas em outros créditos, estão demonstradas a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Garantia de averbação	733.528	593.659	2.642.810	2.040.931
Garantia de averbação				
Cessão de crédito - FIDC Polo (i)	(27.798)		(16.969)	
Cessão de crédito - FIDC Angá I (ii)	(20.241)	(51.387)	(6.433)	
Cessão de crédito - FIDC Angá II (iii)	(49.878)	(66.163)	(18)	(63.376)
Cessão de crédito - FIDC Angá III (iv)	(36.309)	(44.721)	(126.127)	(251.149)
Cessão de crédito - FIDC Angá V (v)	(91.042)	(89.936)	(326.547)	(433.470)
Cessão de crédito - FIDC Angá VI (vi)	(101.992)	(122.229)	(342.106)	(525.245)
Cessão de crédito - FIDC Angá VII (vii)	(96.479)	(47.134)	(466.493)	(243.883)
Cessão de crédito - FIDC Angá VIII (viii)	(154.320)	(92.264)	(638.665)	(468.628)
Cessão de crédito - FIDC Angá IX (ix)	(110.746)		(601.524)	
Cessão de crédito - FIDC Multiestratégia (x)	(20.710)		(111.034)	
	51.811	52.027	30.296	31.778

	2018	2017	2018	2017
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(429.597)	(341.483)	(1.125.750)	(891.168)
Cessão de crédito - FIDC Polo (i)		2.579		8.099
Cessão de crédito - FIDC Angá II (iii)	4.612	20.730		7.797
Cessão de crédito - FIDC Angá III (iv)	24.368	39.616	43.521	110.600
Cessão de crédito - FIDC Angá V (v)	57.787	68.465	121.707	187.497
Cessão de crédito - FIDC Angá VI (vi)	61.006	83.300	130.557	228.944
Cessão de crédito - FIDC Angá VII (vii)	67.865	34.694	211.262	115.674
Cessão de crédito - FIDC Angá VIII (viii)	101.866	67.750	264.560	217.234
Cessão de crédito - FIDC Angá IX (ix)	82.942		289.509	
Cessão de crédito - FIDC Multiestratégia (x)	15.215		52.019	
	(13.805)	(17.997)	(12.615)	(15.127)
	38.006	34.030	17.681	16.651

Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (xi)

(26.300) (19.326) (47) (62)

Assistência financeira a participantes

11.706 14.704 17.634 16.589

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Seguradora.

Ainda:

(i) No exercício de 2018 não houve operações de securitização. Ainda o resultado líquido das operações, reconhecido como resultado financeiro, durante o exercício de 2018 montou a R\$ (1.551) (2017 - R\$ (930)).

(ii) No exercício de 2018 não houve operações de securitização. Ainda o resultado líquido das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 107 (2017 - R\$ 310).

(iii) No exercício de 2018 não houve operações de securitização. Ainda o resultado líquido das operações, reconhecido como resultado financeiro, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 487 (2017 - R\$ (329)).

(iv) No exercício de 2018 não houve operações de securitização. Ainda o resultado líquido das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 786 (2017 - R\$ 799).

(v) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$151.433 (2017 - R\$ 175.004) e os valores das cessões, descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 83.281 (2017 - R\$ 92.357) para um período de financiamento de até 60 meses, pagos em moeda corrente. O resultado líquido das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 1.290 (2017 - R\$ 14.996). Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao FIDC Angá Sabemi Consignados VI, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(vi) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$379.527 (2017 - R\$ 315.021) e os valores das cessões, descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 185.498 (2017 - R\$ 152.937) para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. O resultado das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 13.578 (2017 - R\$ 8.690). Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao FIDC Angá Sabemi Consignados VII, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(vii) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$ 403.310 (2017 - R\$ 582.326) e os valores das cessões, descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 216.592 (2017 - R\$ 298.538) para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. O resultado das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$16.951 (2017 - R\$ 20.429). Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao FIDC Angá Sabemi Consignados VIII, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(viii) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$ 736.678 e os valores das cessões, descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 373.031 para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. O resultado das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 36.414. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao FIDC Angá Sabemi Consignados IX, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(ix) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$ 139.705 e os valores das cessões, descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 70.088 para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. O resultado das operações, reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2018 montou a R\$ 5.233. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao FIDC Angá Multiestratégia, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(x) No exercício de 2018 os valores contábeis das operações de securitização totalizaram R\$ 98.362 (2017 - R\$ 88.996) (Nota 21), logo, o resultado líquido das operações de cessão de crédito reconhecido no exercício de 2018 montou R\$ (16.748) (2017 - R\$ (38.003)).

(xi) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2018 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostradas a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

Classificações Internas	Grupo	Descrição	2018	2017
	AA	Adimplentes	47	62
Com parcelas quitadas nos últimos 12 meses	A	1 a 12 Parcelas vencidas	673	295
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	415	538
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	1.287	1.018
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	1.697	2.177
Sem parcelas quitadas nos últimos 12 meses	E	1 a 12 Parcelas vencidas	633	588
	F	13 a 24 Parcelas vencidas	2.436	2.683
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	3.951	1.533
	H	37 a 48 Parcelas vencidas	5.562	1.931
	I	Acima de 48 Parcelas vencidas	6.393	3.391
	J	Suspensos	3.253	5.172
			26.347	19.388

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
A vencer em até 12 meses	462	14.149
A vencer acima de 12 meses	18.478	16.651
Vencidos em até 12 meses	5.017	2.175
Vencidos 13 - 24 meses	5.182	1.735
Vencidos 25 - 36 meses	9.281	1.130
Vencidos acima de 36 meses	17.267	14.841
	55.687	50.681

6.4.5 Impairment de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.3, a Administração julgou adequado revisar o método de estimativa do *impairment* de ativos financeiros a partir do ano de 2013.

A movimentação da provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	19.388	18.495
Provisão para <i>impairment</i>	29.024	3.999
Reversão de <i>impairment</i>	(10.806)	(1.079)
Baixa para prejuízo	(11.259)	(2.027)
Saldo final	26.347	19.388

Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Depósitos judiciais

A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2018	2017
Depósitos judiciais - cíveis	5.832	6.452
Depósitos judiciais - fiscais	5	3
Depósitos judiciais - trabalhistas	780	997
	6.617	7.452

8 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até Agosto/2015 e a partir de Setembro/2015 a taxa nominal passa a ser de 20%, finalizando a majoração da taxa em 31 de dezembro de 2018.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2018	2017
Provisão para riscos sobre prêmios	-	22
Provisão para contingências fiscais	16	489
Total de créditos tributários	16	511
Provisão para contingências cíveis	4.102	2.961
Provisão para contingências trabalhistas	866	1.246
Total de créditos tributários de diferenças temporais	4.968	4.207
Total	4.984	4.718

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 517/15). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporais

Ano	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Total
2019	492	26	518
2020	862	43	905
2021	492	69	561
2022	574	191	765
2023	1.026	191	1.217
Em 2024 e após 2024	656	346	1.002
	4.102	866	4.968

Movimentação dos créditos tributários

Segue demonstração da movimentação do imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.870	2.297	5.167
Creditado à demonstração do resultado	290	231	521
Debitado à demonstração do resultado	(539)	(431)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.621	2.097	4.718
Creditado			

>>CONTINUAÇÃO

2017						
1 a	31a	61a	121 a	181 a	Acima	Total
30	60	120	180	365	365	
dias	dias	dias	dias	dias	dias	dias
Prêmios e emolumentos recebidos	26	30	73	66	59	254
Outros depósitos	74	41	230	250	561	1.156

17 Passivos de contratos de seguros		2018	2017
Provisões técnicas			
Seguro de pessoas coletivo		11.168	12.000
Previdência complementar DPVAT (i)		12.528	9.812
Retorno de DPVAT (i)		75.908	66.380
Retorno de DPVAT (i)		36	40
		99.640	88.232
Circulante		99.379	87.906
Não circulante		261	326

(i) Conforme informações obtidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

17.1 Provisões Técnicas - Movimentação
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2017 até 31 de dezembro de 2018:

(a) Seguro de Pessoas Coletivo Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	210	10.582	5.767	2.575	108	19.242
Constituições	3.280	1.864	311	1.363	5	6.823
Reversões	(2.901)	(7.460)	(2.601)	(991)	(112)	(14.065)
Saldo em 31/12/2017	589	4.986	3.477	2.947	1	12.000
Constituições	2	1.511	-	2	2.499	4.014
Reversões	(580)	(2.248)	(1.395)	(263)	-	(4.486)
Saldo em 31/12/2018	11	4.249	2.082	2.686	2.500	11.528

*PPNG+RVNE

(b) Seguro de Pessoas Coletivo Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	210	10.582	5.767	2.575	108	19.242
Constituições	3.280	1.826	309	1.363	5	6.783
Reversões	(2.901)	(7.460)	(2.601)	(991)	(112)	(14.065)
Saldo em 31/12/2017	589	4.948	3.475	2.947	1	11.960
Constituições	2	1.135	-	2	2.499	3.638
Reversões	(580)	(2.201)	(1.397)	(263)	0	(4.441)
Saldo em 31/12/2018	11	3.882	2.078	2.686	2.500	11.157

*PPNG+RVNE

(c) Vida Individual

Competências	PMBAC	PCC	PDR	IBNR	PVR	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	0	0	0	0	43	43
Constituições	0	8	0	0	2	10
Atualização Monetária	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	(8)	0	0	(45)	(53)
Saldo em 31/12/2017	0	0	0	0	0	0
Constituições	0	0	0	0	0	0
Atualização Monetária	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2018	0	0	0	0	0	0

Vida Individual: variação das provisões técnicas

Tipo	31/12/2018	31/12/2017
PMBAC	0	0
PCC	0	0
PDR	0	0
IBNR	0	0
PVR	0	(43)
	0	(43)

(d) Previdência complementar

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos dos contratos de seguro para o exercício de 2017 e o período encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Previdência complementar: movimentação das provisões

Competências	PPNG*	PMBC	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	TOTAL
Saldo 01/01/2017	3.030	282	119	2.290	3.439	270	59	9.489
Constituições	686	7	7	86	4.514	47	31	5.378
Correção Monetária	0	24	0	0	(235)	7	0	(204)
Reversões	(48)	(43)	(1)	0	(4.553)	(206)	0	(4.851)
Saldo 31/12/2017	3.668	270	125	2.376	3.165	118	90	9.812
Constituições	1.099	22	51	556	6.889	165	0	8.782
Correção Monetária	0	24	0	0	92	34	0	150
Reversões	0	(72)	(16)	(1)	(5.939)	(145)	(43)	(6.216)
Saldo 31/12/2018	4.767	244	160	2.931	4.207	172	47	12.528

*PPNG+RVNE

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2018	31/12/2017
PPNG*	1.009	638
PMBC	(26)	(12)
PDR	35	6
IBNR	555	86
PSL	1.042	(274)
PVR	54	(152)
PCC	(43)	31
	2.716	323

*PPNG+RVNE

A Seguradora vem buscando novos públicos em sua operação, o que gerou um crescimento expressivo de arrecadação nas carteiras de seguros e previdência nos últimos dois anos, de 126% e 23,6% respectivamente.

17.2 Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras e depósitos no IRB, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

Fundos de investimento	36.946	36.483
Aplicações cobertura DPVAT (*)	75.962	66.470
Ativos oferecidos em cobertura	112.908	102.953
Total das provisões técnicas	99.640	88.232
Total a ser coberto	99.640	88.232
Suficiência de cobertura (Nota 4.3)	13.268	14.721

(*) Aplicações administradas pela Seguradora Líder.

17.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar da Seguradora, denominada de tabela de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas Coletivo - Administrativos

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior (*)	1.643	2.039	2.484	2.198
Retidos	4.752	8.768	3.315	4.787
Exercício atual	3.244	4.498	3.706	4.272
Exercícios anteriores	1.508	4.270	(391)	515
Pagamentos	(4.356)	(8.323)	(3.601)	(4.390)
Exercício atual	(1.423)	(2.931)	(896)	(2.464)
Exercícios anteriores	(2.933)	(5.392)	(2.705)	(1.926)
Saldo final (*)	2.039	2.484	2.198	2.595

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Judicial

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior (*)	3.907	3.711	8.098	2.788
Retidos	1.198	4.605	(4.342)	(297)
Exercício atual	818	2.362	(4.854)	-
Exercícios anteriores	380	2.243	512	(297)
Pagamentos	(1.394)	(218)	(968)	(596)
Exercício atual	(455)	(77)	(241)	-
Exercícios anteriores	(939)	(141)	(727)	(596)
Saldo final (*)	3.711	8.098	2.788	1.895

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Líquido de Cosseguro e líquido de Resseguro

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior (*)	5.550	5.750	10.582	4.948
Retidos	5.950	13.373	(1.064)	4.519
Exercício atual	4.062	6.860	(1.210)	4.300
Exercícios anteriores	1.888	6.513	146	219
Pagamentos	(5.750)	(8.541)	(4.570)	(4.986)
Exercício atual	(1.878)	(3.008)	(1.137)	(2.464)
Exercícios anteriores	(3.872)	(5.533)	(3.433)	(2.522)
Saldo final (*)	5.750	10.582	4.948	4.481

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Administrativos

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior (*)	1.643	2.039	2.484	2.160
Retidos	4.752	8.768	3.278	4.816
Exercício atual	3.244	4.498	3.728	4.300
Exercícios anteriores	1.508	4.270	(450)	516
Pagamentos	(4.356)	(8.323)	(3.602)	(4.390)
Exercício atual	(1.423)	(2.931)	(896)	(2.464)
Exercícios anteriores	(2.933)	(5.392)	(2.706)	(1.926)
Saldo final (*)	2.039	2.484	2.160	2.586

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Judicial

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior (*)	3.907	3.711	8.098	2.788
Retidos	1.198	4.605	(4.342)	(297)
Exercício atual	818	2.362	(4.938)	-
Exercícios anteriores	380	2.243	596	(297)
Pagamentos	(1.394)	(218)	(968)	(596)
Exercício atual	(455)	(77)	(241)	-
Exercícios anteriores	(939)	(141)	(727)	(596)
Saldo final (*)	3.711	8.098	2.788	1.895

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior	1.112	1.772	3.316	3.048
Retidos	1.479	3.503	2.153	5.198
Exercício atual	946	2.449	2.448	3.689
Exercícios anteriores	533	1.054	(295)	1.509
Pagamentos	(819)	(1.959)	(2.421)	(3.591)
Exercício atual	(158)	(830)	(1.033)	(1.695)
Exercícios anteriores	(661)	(1.129)	(1.388)	(1.895)
Saldo final (*)	1.772	3.316	3.048	4.655

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Administrativo

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior	946	1.528	2.951	2.668
Retidos	1.356	3.305	2.059	4.811
Exercício atual	906	2.311	2.341	3.662
Exercícios anteriores	450	994	(282)	1.149
Pagamentos	(774)	(1.882)	(2.342)	(3.435)
Exercício atual	(158)	(797)	(999)	(1.695)
Exercícios anteriores	(616)	(1.085)	(1.343)	(1.739)
Saldo final	1.528	2.951	2.668	4.044

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Judicial

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo anterior	166	244	365	380
Retidos	123	198	94	387
Exercício atual	40	138	107	27
Exercícios anteriores	83	60	(13)	360
Pagamentos	(45)	(77)	(79)	(156)
Exercício atual	0	(33)	(34)	-
Exercícios anteriores	(45)	(44)	(45)	(156)
Saldo final (*)	244	365	380	611

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Seguro de Pessoas Coletivas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Provisão período anterior (*)	5.550	5.750	10.582	4.986
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.955	1.565	1.348	1.403
Dois anos mais tarde	2.424	2.551	1.979	
Três anos mais tarde	3.316	2.933		
Quatro anos mais tarde</				

CONTINUAÇÃO

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.
 (ii) Refere-se a contratos de transferência de cotas subordinadas de Fundos de Investimentos-FIDC (Nota 6.4.4). A Sabemi Participações S.A. ("Holding") detém a maior parte das cotas subordinadas dos FIDCs, consequentemente, o maior risco atrelado à inadimplência desses FIDCs. A Administração da Holding está avaliando o impacto dessa subordinação em suas demonstrações financeiras.
 (iii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices.
 (iv) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais.
 (v) Pró-labore pago aos administradores no exercício de 2018 foi de R\$ 3.642 (2017 - R\$ 3.578)

19 Provisões judiciais

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sinistros/benefícios

Probabilidade de perda	2018		2017	
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Número de casos
Remota	1.372	735	120	123
Possível	11.047	3.497	250	4
Provável	5.908	128	8.360	125
	<u>18.327</u>	<u>4.360</u>	<u>8.730</u>	<u>252</u>

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas. A variação dos valores em risco, refere-se ao encerramento favorável do processo com o Banco Matone, classificado em parte com chance de perda possível e parte com perda remota. Segundo informações prestadas pelo setor técnico atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, como critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora são aplicados os percentuais de 100% para as causas prováveis, 25% para as possíveis e 5% para as remotas.

Movimentações das provisões:

	2018	2017
Saldo do início do período	8.429	16.234
Total pago no período	(1.070)	(1.651)
Novas constituições no período	2.940	790
Baixa da provisão por êxito	(120)	(208)
Alteração da provisão por revisão de estimativas	(1.670)	(3.839)
Atualização monetária	230	(2.897)
Saldo final do período	<u>8.739</u>	<u>8.429</u>
Quantidade de ações pagas no período	60	58
Quantidade de ações novas no período	4.169	115

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios**(i) Processos cíveis e trabalhistas**

Probabilidade de perda	2018		2017	
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Número de casos
Remota	2.843	2.207	2.463	1.837
Possível	49.204	6.737	38.393	3.412
Provável	11.042	560	11.042	427
	<u>63.089</u>	<u>9.504</u>	<u>50.206</u>	<u>5.676</u>

Das 9.504 (2017 - 5.676) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 9.411 (2017 - 5.590) dizem respeito a causas cíveis e 93(2017 -86) trabalhistas.

(ii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Composição por natureza

A Seguradora possui provisão para processos relativos a notificações fiscais de lançamento de débito de contribuições previdenciárias, no montante de R\$ 22 (2017 - R\$ 759), e auto de infração fiscal de tributos federais, no montante de R\$ 6 (2017 - R\$ 328) e débitos de tributos estaduais e municipais no montante de R\$ 7 (2017 - R\$ -), totalizando R\$ 35 (2017 - R\$ 1.087).

Em desfavor da Seguradora, existem três Autos de Infração da Receita Federal relativamente IRPJ, CSLL e COFINS, além de uma ação de execução fiscal. O montante atualizado dos autos de infração e da execução fiscal para a competência do ano de 2018 é de R\$ 131.678 (2017 - R\$ 125.967). Na opinião do consultor jurídico externo da Seguradora constante de parecer jurídico, a probabilidade de perda do processo em questão é considerada remota e, por conseguinte, não foi registrada qualquer provisão em face de eventuais contingências. Em razão da opinião legal dos Advogados a administração da Seguradora concluiu que a contingência em questão não possui risco provável.

Movimentações das provisões:

	2018			2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo do início do período	1.087	2.770	6.580	1.064	1.999	8.370
Ações pagas no período	(38)	(337)	(8.069)	(9)	(223)	(8.296)
Novas constituições no período	38	330	10.608		513	7.829
Baixa da provisão por êxito		(76)	(416)		(30)	(972)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(1.052)	(761)	42	32	511	(319)
Atualização monetária			371			(32)
Saldo final do período	<u>35</u>	<u>1.926</u>	<u>9.116</u>	<u>1.087</u>	<u>2.770</u>	<u>6.580</u>
Quantidade de ações pagas no período	1	9	1.241	1	11	1.153
Quantidade de ações novas no período		11	1.447		19	1.162

20 Patrimônio líquido**20.1 Capital social e reservas**

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 55.000 (2017 - R\$ 55.000), representado por 79 (2017 - 79) ações ordinárias com direito a voto, nominais sem valor nominal.

(a) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

(b) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. No exercício de 2018 foi constituída a reserva legal no valor de R\$ 1.183.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceito a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

20.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 517/15, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificada para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado.

As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	23.663	39.311
(-) Reserva legal - 5%	(1.183)	(1.966)
Lucro básico para determinação de dividendos	<u>22.480</u>	<u>37.345</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.620	9.336
Dividendos intermediários (i)	24.098	
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	2.700	
Dividendos intermediários		25.167

Juros sobre capital próprio intermediários		3.400
Total de dividendos e juros intermediários	<u>26.798</u>	<u>28.567</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	26.798	28.567
Total de dividendos e juros sobre o capital por ação	339,22	361,60

(i) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 18 de fevereiro de 2019.

21 Demonstração do resultado

Efetamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15.

	2018	2017
Prêmios ganhos		
Prestamista	1.679	887
Acidentes pessoais coletivos	221.299	195.169
DPVAT	19.341	23.404
Outros	<u>20.862</u>	<u>15.281</u>
	<u>263.181</u>	<u>234.741</u>
Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(3.944)	(2.440)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos - DPVAT (i)	(11.420)	(13.480)
Despesas com sinistros	58	(896)
Despesas com sinistro de consórcios e fundos - DPVAT (i)	(4.827)	(5.921)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.871	2.311
Despesas com benefícios	<u>(5.637)</u>	<u>(2.441)</u>
	<u>(23.899)</u>	<u>(22.867)</u>

	2018	2017
Custo de aquisição		
Comissões (seguros)	<u>(50.086)</u>	<u>(32.522)</u>
	<u>(50.086)</u>	<u>(32.522)</u>

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	4.676	5.773
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich	29.450	15.356
Pró-labore	(36.759)	(1.556)
Contingências	(1.149)	(221)
Consórcio DPVAT (i)	(2.167)	(2.497)
Despesas judiciais	(7.916)	(7.310)
Outras despesas com apólices	<u>(14.966)</u>	<u>(6.624)</u>
	<u>(28.831)</u>	<u>2.921</u>

	2018	2017
Custo de aquisição		
Despesas com cobrança (previdência)	<u>(1.067)</u>	<u>(784)</u>
	<u>(1.067)</u>	<u>(784)</u>

Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(41.663)	(32.671)
Serviços de terceiros	(34.793)	(27.032)
Localização e funcionamento	(24.276)	(18.592)
Publicidade e propaganda institucional	(5.842)	(2.467)
Publicações	(155)	(159)
Doativos e contribuições	(905)	(722)
Despesas judiciais	(679)	(1.251)
Multas	(251)	(1.561)
Consórcio DPVAT (i)	(2.311)	(1.573)
Outras	(740)	(1.502)
Recuperação de despesas	<u>636</u>	<u>2.584</u>
	<u>(110.979)</u>	<u>(84.946)</u>

Despesas com tributos		
COFINS	(11.076)	(9.488)
PIS	(1.800)	(1.542)
Impostos municipais	(109)	(180)
Impostos estaduais	(1)	(16)
Impostos federais		(52)
Contribuição sindical		(677)
Taxa de fiscalização	<u>(729)</u>	<u>(677)</u>
	<u>(13.715)</u>	<u>(11.955)</u>

	2018	2017
Resultado financeiro		
Renda fixa	14.483	14.290
Renda com assistência financeira	106.766	58.597
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	10.806	1.079
Receitas financeiras consórcio DPVAT (i)	4.901	6.707
Atualizações créditos tributários	22	164
Atualização depósitos judiciais	706	136
Reversão correção monetária PSL		4.320
Receitas com depósitos bancários	151	
Outras receitas financeiras	778	1
Despesas financeiras com tributos	(232)	(371)
Renda fixa	(265)	(902)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(4.191)	(7.331)
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	<u>(98.362)</u>	<u>(88.996)</u>
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(29.024)	(4.000)
Despesas financeiras consórcio DPVAT (i)	(24)	(28)
Juros bancários	(60)	(156)
Atualizações contratuais	(7)	(233)
Outras despesas financeiras, líquidas	<u>(377)</u>	<u>(1.000)</u>
	<u>6.071</u>	<u>(17.723)</u>

Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado - Alienação de bens	<u>(88)</u>	<u>38</u>
	<u>(88)</u>	<u>38</u>

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
 (ii) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 83.582 (2017 - R\$ 74.461) e à estruturação dos fundos no montante de R\$ 14.780 (2017 - R\$ 14.535).

22 Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Seguradora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

(b) Diluído

A Seguradora não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

	2018	2017
Lucro atribuído aos acionistas da sociedade	23.663	39.311
Quantidade de ações ordinárias	79	79
Lucro básico por ação (em milhares de reais)	299,53	497,61
Lucro diluído por ação (em milhares de reais)	299,53	497,61

23 Benefícios a empregados**Participação dos empregados nos lucros**

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2018 R\$ 1.996 (2017 - R\$ 678) e no Plano de Participação nos Resultados (PPR) 2018, homologado.

24 Principais ramos de atuação

O principal produto da Seguradora, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado. Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

Ramo	2018			2017		
	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %
09-77 - Prestamista	1.679	0,00%	5,34%	887	0,00%	11,48%
09-82 APC	221.299	1,20%	22,49%	195.169	1,70%	16,47%
05-88 DPVAT	19.341	81,66%	1,20%	23.404	84,49%	1,19%
Outros	20.862	26,65%	0,01%	15.281	16,38%	0,01%
	<u>263.181</u>	<u>9,08%</u>	<u>19,03%</u>	<u>234.741</u>	<u>9,74%</u>	<u>13,85%</u>
I.S. - Índice de Sinistralidade						
I.C. - Índice de Comissionamento						

Diretoria**Antonio Túlio Lima Severo**

Diretor Presidente

CPF nº 002.057.530-00

Alexandre Girardi

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF nº 464.845.400-63

Antonio Carlos Pedrotti Porto

Diretor de Seguros

CPF nº 436.089.650-68

Eliana Schwingel Diederichsen

Diretora de Planejamento Estratégico

CPF nº 261.696.570-49

Leandro de Carvalho Nunes

Diretor de Assistência Financeira

CPF nº 942.085.140-00

Beatriz Varela Fernández

Contadora CRCRS nº 051.365/O

CPF nº 402.860.100-20

Eder Geson Aguiar de Oliveira

Atuário MIBA 630

CPF nº 395.346.850-20

Parecer da auditoria atuarial independente

Aos Acionistas e Administradores da Sabemi Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.